

ALERTA SANTOS SIMIONE, MEMBRO DO SECRETARIADO DA CECAP

Covid-19 expõe raparigas a uniões prematuras



Santos Simione alerta para aumento da vulnerabilidade da rapariga no contexto da Covid-19

YVELINA MUCHEGANA
A PANDEMIA da Covid-19 expõe as raparigas a uniões prematuras com todas as consequências que daí se advêm como a violência e a contaminação pelo HIV e abandono escolar. O alerta é do membro do secretariado da Coligação para a Eliminação dos Casamentos Prematuros

Moçambique não conseguiu continuar a produzir o suficiente para o seu sustento devido à situação da Covid-19 e estas acabam por apostar em suas filhas para o seu sustento. Para a fonte, os garçons registados pelo país no combate a uniões prematuras, com a aprovação da lei de prevenção e combate as uniões prematuras são inferiores em relação à dimensão do problema, havendo, por isso, a necessidade de se desenvolver instrumentos legais nas comunidades para que sejam desenvolvidos todos. Apesar da uma melhor coordenação das ações entre a sociedade civil, as lideranças comunitárias e religiosas, assim como as instituições de justiça. Durante a entrevista, abordaram

também a situação do respeito dos direitos sexuais e direitos reprodutivos. Quanto a este ponto, Simione entende que houve melhorias significativas na prestação de serviços de saúde, mas apela a sociedade para uma discussão mais aberta e franca sobre alguns assuntos considerados controversos, sobretudo no que diz respeito à sexualidade. Acompanhe, a seguir, a entrevista.

SANTOS SIMIONE (SS) - A aprovação da lei de prevenção e combate as uniões prematuras trouxe vastos ganhos, muitos grandes para Moçambique. Justa lembrar-nos que o país tem uma das taxas mais altas a nível global, mesmo ao nível da região, com cerca de 48 por cento de raparigas que se casam antes dos 18 anos. A lei estabelece limites muito importantes que, por um lado, ajudam a proteger as uniões prematuras e, por outro lado, ajuda a não a partir aquelas que ainda existem em estas práticas. Em uniões prematuras, as raparigas sofrem muita violência, incluindo abuso sexual e psicológico. Para além disso, temos situações de raparigas que abandonam a escola como

consequência das uniões prematuras. Estamos a ver que, desde que a pandemia começou, os índices de HIV tendem a crescer ainda mais em meninos e, em parte, as uniões prematuras contribuem para esta realidade. Fora o HIV, falamos também das doenças obstétricas, a mortalidade materno-infantil. Para além disso, a pandemia da Covid-19 está a contribuir para o aumento de uniões prematuras. Esperamos que esta lei venha contribuir bastante para que tenhamos uma sociedade melhor.

Not. - Pode partilhar alguma evidência que sustente que a Covid-19 contribui para o aumento de uniões prematuras?

SS - A primeira pesquisa de que tenho conhecimento foi feita na Namíbia, onde mostrou que desde que a pandemia eclosionou o número de uniões prematuras tinha aumentado. Em Moçambique, a Plan International, que também é membro da CECAP, fez no ano passado um estudo que também comprovou esta tendência. Por detrás disso, estão fatores como a permanência em casa devido à suspensão das aulas. Estamos a ver, muitas vezes as pessoas mais próximas as raparigas apreciam-nas e acabam em uniões prematuras. Para além disso, as dificuldades económicas que resultam do facto de as famílias não conseguirem continuar a produzir o



Há que dialogar a lei para proteger as meninas de uniões prematuras

“Recuperámos e reintegramos alunas na escola”

NOT. - O que pode adiantar como ganho concreto da implementação da lei de prevenção e combate as uniões prematuras?

SS - Neste momento, temos alguns ganhos, mas são pequenos em relação à dimensão do problema. Temos casos de raparigas que já estavam numa união prematura e, à luz desta lei, foi possível recuperá-las e voltar-las à escola. É um dos exemplos de ganhos concretos.

Not. - Que soluções se podem propor para que realmente se cumpra a este fenómeno seja efectivo?

SS - Procuramos de forma mais discriminada da lei de prevenção e combate as uniões

em construção. Os direitos reprodutivos referem-se ao consentimento diásporo direitos que são autónomos aos homens e as mulheres para decidirem se frequentarem filhos gostariam de ter, quando gostariam de ter e também o direito de não ter filhos. Quando falamos de direitos sexuais referimo-nos a um conjunto de normas ou direitos relativos à liberdade sexual, autonomia, integridade, segurança, privacidade, prazer, a escolha livre e responsável, acesso à informação sobre a saúde sexual. Isto seria o que quando quisermos fazer uma análise sobre os direitos sexuais e reprodutivos em Moçambique e, sobretudo, para a questão dos adolescentes e jovens. Portanto, temos alguns

Not. - Que soluções se podem propor para que realmente se cumpra a este fenómeno seja efectivo?

SS - Procuramos de forma mais discriminada da lei de prevenção e combate as uniões prematuras ao nível das comunidades, mas também mais melhorar a coordenação entre a sociedade civil, os líderes comunitários e religiosos. As instituições ligadas à justiça são também chamadas para que, efectivamente, possam conseguir resultados desejados. A lei refere, por exemplo, que uma criança não pode se casar sem a presença de um juiz, seria aquela pessoa que tem menos de 18 anos. Se alguém nasce e não foi registado em nenhum momento, fica difícil defender esta criança, porque ela não tem qualquer registo de nascimento. Daí que instituições de registo civil e notariado são também chamadas para este trabalho, para a própria sociedade civil.

Not. - Mas ainda há questões de falta de respeito aos direitos sexuais e reprodutivos...

SS - Quando falamos para o direito à liberdade e à segurança da pessoa que é parte integrante dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, sentimos que precisamos de avançar nalguns aspectos que ainda não estão a ser respeitados. Por exemplo, no mês passado, Angola despoletou a relação de pessoas do mesmo sexo e em Moçambique ainda não temos a abertura para as pessoas aceitarem-se e lutarem-se da mesma forma. Avançamos,

Not. - Mas ainda há questões de falta de respeito aos direitos sexuais e reprodutivos...

SS - Quando falamos para o direito à liberdade e à segurança da pessoa que é parte integrante dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, sentimos que precisamos de avançar nalguns aspectos que ainda não estão a ser respeitados. Por exemplo, no mês passado, Angola despoletou a relação de pessoas do mesmo sexo e em Moçambique ainda não temos a abertura para as pessoas aceitarem-se e lutarem-se da mesma forma. Avançamos,

Not. - Mas ainda há questões de falta de respeito aos direitos sexuais e reprodutivos...

SS - Quando falamos para o direito à liberdade e à segurança da pessoa que é parte integrante dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, sentimos que precisamos de avançar nalguns aspectos que ainda não estão a ser respeitados. Por exemplo, no mês passado, Angola despoletou a relação de pessoas do mesmo sexo e em Moçambique ainda não temos a abertura para as pessoas aceitarem-se e lutarem-se da mesma forma. Avançamos,

por exemplo, na retirada do Código Penal de um artigo que poderia ser usado contra as uniões consensuais ou uniões consensuais de pessoas do mesmo sexo. Como disse, os direitos sexuais e direitos reprodutivos são direitos humanos e, portanto, são direitos que não podem ser retirados de forma arbitrária e, finalmente, integram os direitos humanos que são necessários para garantir que as pessoas possam viver em liberdade e em segurança. Continuamos em Moçambique com muita violência baseada no Género, o que significa que há muito trabalho que tem de ser feito neste domínio fundamental, que é o direito à igualdade. O direito à liberdade tem que vir independentemente da religião, da orientação sexual,

no Género, o que significa que há muito trabalho que tem de ser feito neste domínio fundamental, que é o direito à igualdade. O direito à liberdade tem que vir independentemente da religião, da orientação sexual, independentemente de ser homem ou mulher. Queremos analisar, por exemplo, em Moçambique, a lei do trabalho. De clarmente que ninguém seia discriminado em função da sua orientação sexual, o que é um ganho muito importante, quando se refere ao direito à igualdade.

Not. - Mas ainda há questões de falta de respeito aos direitos sexuais e reprodutivos...

SS - Quando falamos para o direito à liberdade e à segurança da pessoa que é parte integrante dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, sentimos que precisamos de avançar nalguns aspectos que ainda não estão a ser respeitados. Por exemplo, no mês passado, Angola despoletou a relação de pessoas do mesmo sexo e em Moçambique ainda não temos a abertura para as pessoas aceitarem-se e lutarem-se da mesma forma. Avançamos,

Not. - Mas ainda há questões de falta de respeito aos direitos sexuais e reprodutivos...

SS - Quando falamos para o direito à liberdade e à segurança da pessoa que é parte integrante dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, sentimos que precisamos de avançar nalguns aspectos que ainda não estão a ser respeitados. Por exemplo, no mês passado, Angola despoletou a relação de pessoas do mesmo sexo e em Moçambique ainda não temos a abertura para as pessoas aceitarem-se e lutarem-se da mesma forma. Avançamos,

as consequências que daí se advêm como a violência e a contaminação pelo HIV e abandono escolar. O alerta é do membro do secretariado da Coligação para a Eliminação dos Casamentos Prematuros

Moçambique não conseguiu continuar a produzir o suficiente para o seu sustento devido à situação da Covid-19 e estas acabam por apostar em suas filhas para o seu sustento. Para a fonte, os garçons registados pelo país no combate a uniões prematuras, com a aprovação da lei de prevenção e combate as uniões prematuras são inferiores em relação à dimensão do problema, havendo, por isso, a necessidade de se desenvolver instrumentos legais nas comunidades para que sejam desenvolvidos todos. Apesar da uma melhor coordenação das ações entre a sociedade civil, as lideranças comunitárias e religiosas, assim como as instituições de justiça. Durante a entrevista, abordaram

também a situação do respeito dos direitos sexuais e direitos reprodutivos. Quanto a este ponto, Simione entende que houve melhorias significativas na prestação de serviços de saúde, mas apela a sociedade para uma discussão mais aberta e franca sobre alguns assuntos considerados controversos, sobretudo no que diz respeito à sexualidade. Acompanhe, a seguir, a entrevista.

NOTÍCIAS (NCL) - Há muito tempo que o país procura eliminar as uniões prematuras. Como membro do Secretariado da CECAP, como é que avalia as ações em curso para o alcance deste desiderato, sobretudo no actual contexto da pandemia da Covid-19?

“Casar meninas em troca de bens leva à cadeia”

NOT. - Casar meninas em troca de sustento da família é crime...

SS - A lei é clara, ela aponta que, independentemente do seu estado, sem punição com pena de 8 a 12 anos (ou a pessoa que tiver uma união marital com alguém que tenha idade inferior a 18 anos). É importante notar que a lei vai muito longe, ao penalizar todos os envolvidos no processo de uniões de menores de 18 anos.

Os servidores públicos que no exercício das suas funções e de forma consistente celebrarem esse tipo de união também serão punidos nos termos da lei. Aquelas pessoas que colaborarem neste processo igualmente serão punidas nos termos da lei. A pena é maior ainda para casos de pais e encarregados de educação, pais que aliam as suas filhas em troca de bens para o seu sustento. Nestes casos a pena é de prisão de oito a 12 anos, isto é, quando se usa a rapariga para fins económicos. Para pais, padrinhos, padrastas ou qualquer pessoa que sofrer de uma união prematura e não denunciou ao punido dentro de dois ou cinco anos de prisão, ao pelo facto de ter-se calado. A lei é clara e ela deve ser do conhecimento de todos para que possam agir em conjunto e permitir que as raparigas tenham um futuro de sucesso.



Moço parabeniza a reintegração de alunas no ensino após uniões prematuras

“Temos que construir e adoptar normas que se adaptem à realidade”

NTI - Será que a sociedade moçambicana está preparada para respeitar estes direitos?

SS - Estes assuntos todos são controversos. A prestação de contraceptivos para jovens nas escolas é um assunto que divide a sociedade no país. Há pessoas que acham que jovens com menos de 18 anos deveriam ter acesso e há outras que não concordam. Então, temos uma polarização. Mas a verdade é uma, a qual é que olhamos as normas que não respondem à realidade em que vivemos, temos que construir e adoptar normas que respondam à realidade actual. Se nas escolas, desde as primeiras às secundárias, temos muitas raparigas a abandonar o ensino devido à gravidez indesejada, é claro que precisamos de fazer alguma coisa. Quando olhamos para o número de raparigas in-

fectadas pelo HIV desde a tenra idade, nós precisamos de prover o preservativo para proteger essas crianças. Nós precisamos de lutar sobre a sexualidade com estas jovens de forma aberta para que elas percebam do assunto e protejam-se de forma consciente e informada. Mas também há uma polarização em relação a trabalhadoras do sexo. Queremos ou não elas existirem e não há. Mas do que continuamos a tapar o sol com a peneira, não temos que olhar para esta realidade e ver como é que protegemos a estas pessoas que fazem este tipo de trabalho e se que procuram os seus serviços. Penso que, eventualmente, devemos criar normas e leis que definam em que condições estas actividades devem ocorrer, sob o risco de pena de continuarmos a propagar o HIV e outras infeções transmitíveis. Parte

dessas mulheres recorrerem a este trabalho, como forma de subsistência. Precisamos de políticas públicas e sociais que contribuam para que as pessoas tenham uma escolha melhor sobre a sua sobrevivência. Falamos o mesmo em relação à comunidade LGBT, sentimos mais tolerância hoje do que há dez anos. Mas, como disse, é um trabalho contínuo, as pessoas LGBT, como qualquer outra pessoa, têm direito de escolher com quem o quando se relacionar. Então, quando a pessoa escolhe com quem se relacionar é uma vida privada e não vamos chamá-la a respeitar. O mesmo acontece em relação ao aborto seguro, há quem defende que o melhor é não ter estes serviços, mas este serviço é fundamental. Se não nos libertarmos os serviços de aborto seguro, não vamos impedir que os abortos aconteçam. As mu-

lheres vão recorrer a formas inadequadas e fatais. É um processo, como disse, mas de um modo geral Moçambique está na boa mudança.

Not. - Como melhorar ainda mais este cenário que acaba de descrever?

SS - Apelo à toda sociedade para olhar de forma objetiva a estes assuntos que são controversos. Olhar para a realidade em que nos vivemos e tentar trazer para essa realidade normas, políticas, estratégias que melhor respondam à esta situação. Ao invés de ficarmos apenas indolentes a estas situações, precisamos de nos debater sobre como a participação de todos para transformarmos este Moçambique num país onde todos tenhamos direitos iguais, respeitamos-nos e exercemos a nossa sexualidade de forma saudável.